



XXIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais

ABEP 50+:

**MEMÓRIA QUE INSPIRA, ATUAÇÃO QUE
TRANSFORMA, FUTURO QUE NOS MOVE**

DATA: 09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2026

LOCAL: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) – CAMPINAS/SP

ORGANIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP)

CHAMADA DE TRABALHOS



XXIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais
9 a 12 de novembro de 2026
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP
Evento Presencial

ABEP 50+: memória que inspira, atuação que transforma, futuro que nos move

Em 2026, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) completa 50 anos de atuação ininterrupta na produção, difusão e valorização da pesquisa demográfica e dos estudos populacionais no Brasil. Desde sua criação, a ABEP tem se constituído como um espaço plural de diálogo entre pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, gestores públicos, representantes da sociedade civil e organismos internacionais, contribuindo de forma decisiva para a formulação de políticas públicas e o avanço do conhecimento sobre a população brasileira em suas múltiplas dimensões.

O XXIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ocorre em um momento simbólico e estratégico: o jubileu de ouro da ABEP. Trata-se de uma oportunidade única para revisitar a trajetória da associação, reafirmar seu compromisso histórico com a ciência e a sociedade, e projetar o futuro diante dos desafios emergentes. A proposta do evento está orientada por três eixos: memória e legado, atuar no presente e inovar para o futuro.

No campo da **memória e legado**, o encontro será espaço para resgatar a história da demografia e dos estudos populacionais no Brasil, destacando a contribuição de gerações de pesquisadores, centros de formação e projetos institucionais que consolidaram o campo. Esse resgate dialoga diretamente com a comemoração dos 50 anos, reforçando a importância da preservação da memória documental e das experiências que marcaram a atuação da ABEP.

No eixo do **presente**, o encontro se dedica a debater os dilemas contemporâneos da população brasileira e mundial em um cenário de transformações demográficas, sociais, econômicas, políticas e ambientais. O avanço do processo de envelhecimento populacional e seus desafios para a saúde pública, educação, previdência social, política de cuidados entre outros, a fecundidade abaixo do nível de reposição, saúde



sexual e saúde reprodutiva da perspectiva dos direitos humanos, as novas configurações dos fluxos migratórios internos e internacionais, as novas dinâmicas do mercado de trabalho, e as mudanças climáticas constituem alguns dos temas que demandam respostas da ciência produzida no campo da demografia. Além disso, o evento reforçará a valorização da extensão e do diálogo com diferentes setores da sociedade, ampliando a visibilidade e o alcance dos estudos populacionais.

Finalmente, no **eixo voltado para o futuro**, o XXIV Encontro discutirá a inovação científica e institucional da ABEP. Serão discutidas novas metodologias aplicadas ao estudo dos fenômenos demográficos e no contexto da Era da Inteligência Artificial, estratégias inovadoras para o ensino de demografia nos cursos de pós-graduação e também para um público mais amplo, divulgação científica no campo dos estudos populacionais no contexto de novas ferramentas digitais de difusão e de comunicação, perspectivas futuras para a Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), e pontos de convergência entre a produção científica da ABEP e instituições públicas e privadas. O objetivo é preparar a associação para os próximos 50 anos, garantindo sustentabilidade financeira, relevância científica e impacto social.

Assim, o XXIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP se coloca como um marco histórico, científico e institucional. Mais do que uma comemoração, será um espaço de reflexão crítica, de construção coletiva e de reafirmação do papel estratégico da demografia e dos estudos populacionais para compreender o Brasil e o mundo em transformação.



Tema especial: Memória e Legado

Serão aceitos trabalhos relacionados à atuação da ABEP na formação do campo de estudos da demografia e de população no Brasil, e seus desdobramentos para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão na área, e para o surgimento de outras associações do campo no país e no exterior, bem como instituições de pesquisa e órgãos governamentais e suas políticas públicas. Também serão aceitos artigos bibliográficos sobre a trajetória de membros da ABEP que deixaram contribuições científicas de relevo para a área de demografia e estudos populacionais.

Eixo 1: ABEP 50+: ensino, pesquisa e extensão

Eixo 2: ABEP 50+: associações científicas, instituições de pesquisa e políticas públicas

Eixo 2: Memória e legado de membros da ABEP de destaque

GT População, Espaço e Ambiente

O GT População, Espaço e Ambiente convida à submissão de trabalhos de estudos populacionais, que abordem a relação entre população, espaço e ambiente, tanto no contexto urbano quanto rural. O ambiente urbano, frequentemente influenciado pela especulação imobiliária, desempenha um papel cada vez mais vital na qualidade de vida nas cidades. A maioria da população reside em área urbana e essa tendência tende a crescer conforme os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022. O ambiente rural não perde sua importância, pois é no mesmo em que se tem o acesso aos recursos naturais estratégicos (como minerais, água, solo etc.), que são objetos de disputa e conflito, com prejuízo maior às populações tradicionais. Questões voltadas à relação entre população e biodiversidade e a importância da preservação e equilíbrio dos biomas nos remetem à uma agenda ambiental repleta de obstáculos para se tornar mais efetiva. Apesar do cenário que coloca em risco a população, há grandes desafios na implementação de políticas ambientais, tanto de prevenção ao desastre quanto posterior ao mesmo. O desenvolvimento destas políticas passa pela identificação dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade e mais expostos ao risco. Quando se observa a interface entre ambiente e a demografia, questões

ambientais e a migração podem ser responsáveis pela direção, volume e composição dos fluxos ou ainda, há a análise de como a dimensão ambiental interage com fatores econômicos, sociais e políticos, tornando a migração uma estratégia de gestão de risco. Quanto à fecundidade e à mortalidade, questiona-se como questões ambientais, tais como infraestrutura urbana, espaços verdes, escassez de recursos ou poluição ambiental num determinado contexto social, refletem na decisão de ter filhos, na saúde e na nutrição daquela população, além de observar mudanças nos comportamentos individuais e estilos de vida.

Eixo 1: População e transformações ambientais

Mudanças climáticas. Emergência climática. (In)Justiça climática. Desastres socioambientais e demográficos. Pandemias. Insegurança alimentar. Estado, legislação e políticas públicas. Urbanização. Fronteiras.

Eixo 2: Aspectos metodológicos

Fontes de dados (Censo 2022, dados ambientais) e qualidade das informações. Metodologia espacial: aplicação de geotecnologias e soluções em diferentes níveis geográficos. Perspectivas micro e macro. Estudos em favelas e comunidades urbanas. Novas metodologias e uso da inteligência artificial que possam enriquecer a compreensão das interações entre População, Espaço e Ambiente.

Eixo 3: Dinâmicas sociodemográficas e ambiente

Tamanho e estrutura da população. Desigualdades sociais: nível de renda, de qualificação/educação, consumo, produção e emprego, gênero e raça/cor. Populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Riscos e vulnerabilidades. Fecundidade e ambiente. Migração e ambiente. Saúde e mortalidade e ambiente.

GT Migração

Ao celebrar os 50 anos da ABEP, o GT Migração reafirma sua tradição de liderança analítica e metodológica no estudo das migrações internas e internacionais no Brasil e na América Latina. Em sintonia com os eixos estruturantes do XXIV Encontro – memória e legado, presente e futuro – o GT convida pesquisas que aprofundem o caráter multidimensional, multiescalar e interdisciplinar dos processos migratórios. A

chamada incentiva trabalhos que revisitem a relação histórica entre migração e desenvolvimento; que analisem os efeitos das mudanças ambientais/climáticas nos deslocamentos populacionais; e que avancem no entendimento das transformações recentes nas dinâmicas urbanas, metropolitanas e fronteiriças. Também são bem-vindos estudos sobre pendularidade, mobilidade cotidiana, direito à cidade, políticas migratórias, direitos humanos, refúgio e novas formas de circulação e (i) mobilidade. O GT encoraja abordagens inovadoras que dialoguem com metodologias quantitativas, qualitativas e mistas, valorizem perspectivas comparadas, e articulem dimensões socioespaciais, econômicas, políticas, de gênero, raça, etc.

Eixo 1: Memória e Legado das Migrações

Trajetórias históricas, mobilidades internas, formação territorial e contribuições para a demografia brasileira.

Eixo 2: Migrações, Espaço e Desigualdades

Políticas migratórias, urbanização, (i) mobilidades, clima e direitos humanos.

Eixo 3: Futuros das Mobilidades

Novas metodologias, transformações urbanas e produtivas, emergência ambiental e dinâmicas transnacionais.

GT Fecundidade, Comportamento e Saúde Sexual e Reprodutiva

Eixo 1: Fecundidade e Saúde sexual nos extremos do ciclo de vida e a saúde da mulher e da criança

A saúde sexual e reprodutiva (SSR) é um eixo transversal ao longo de todo o ciclo de vida das pessoas, e seu exercício se modifica de acordo com circunstâncias individuais e estruturais. No Brasil, um país de dimensões continentais, os desafios e as oportunidades em saúde sexual e reprodutiva variam drasticamente segundo o momento do ciclo de vida de homens e mulheres. Essa seção receberá trabalhos que abordem esses diferentes momentos e suas implicações para a vivência da fecundidade e da saúde sexual e reprodutiva, em que convidamos à apresentação de trabalhos que empreguem abordagens comparativas, demográficas e de curso de vida, promovendo uma visão mais ampla, inclusiva e equitativa da SSR no Brasil, articulando direitos e

necessidades nas fases iniciais e finais do ciclo de vida. A questão da saúde da mulher e da criança no Brasil apresenta um cenário paradoxal de conquistas históricas e obstáculos novos e complexos. Embora o país tenha alcançado avanços significativos na promoção do acesso ao pré-natal e parto, redução da mortalidade infantil e materna nas últimas décadas, esse progresso estagnou e persistem profundas desigualdades entre as regiões e dentro delas. O objetivo central é fomentar um debate interdisciplinar que não apenas documente esses desafios, mas que também promova políticas públicas inovadoras e equitativas, capazes de proteger as conquistas já alcançadas e garantir os direitos de saúde de mães e crianças no Brasil diante das crises do século XXI. Este eixo aborda as seguintes questões:

a) Adolescência e juventude, abordando temas como o início da vida sexual, a gravidez na adolescência — que ainda apresenta taxas elevadas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste —, as desigualdades no acesso a métodos contraceptivos e os vínculos com a evasão escolar. Serão bem-vindos trabalhos que analisem o impacto de programas como o Saúde na Escola e as barreiras culturais e de acesso que os jovens enfrentam para obter informações e serviços de SSR, incluindo a população jovem LGBTQIA+.

b) Pessoas idosas, visibilizando temas frequentemente negligenciados, como a andropausa, menopausa e o climatério, realização de exames preventivos entre homens e mulheres, a saúde sexual na velhice e o acesso e uso de serviços de SSR por essa população. É crucial investigar como o sistema de saúde brasileiro está preparado para atender às demandas de uma população em rápido processo de envelhecimento, combatendo o preconceito e a desinformação.

c) O legado da Síndrome Congênita do Zika (SCZ) e os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as taxas de fecundidade e o acesso à saúde de mulheres e crianças. Ambas as crises sanitárias deixaram um rastro de desafios para as famílias e para o sistema de saúde bem como levaram a retrocessos nos serviços essenciais de saúde materna (Pré-natal, parto e puerpério) e infantil ao aumento de mortes maternas evitáveis, ao crescimento da gravidez na adolescência em certos contextos e ao agravamento da desnutrição infantil. Analisar as estratégias de resiliência e recuperação dos sistemas de saúde, com foco no SUS, é fundamental.

d) Os impactos diretos e indiretos dos fenômenos meteorológicos extremos e específicos de regiões geográficas, como as secas prolongadas no Nordeste e no Sertão, as enchentes na Amazônia e no Sul do país, e os deslizamentos de terra em

áreas urbanas periféricas do Sudeste para os níveis de fecundidade e saúde de mulheres e crianças. Esses eventos afetam desproporcionalmente a saúde materno-infantil, com atenção especial aos povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e rurais, destacando as iniquidades sociais, as estratégias de adaptação comunitária e as políticas públicas para garantir a continuidade dos cuidados em contextos de mudança climática acelerada e deslocamento populacional.

Eixo 2: Aborto e métodos contraceptivos no Brasil

O cenário contemporâneo da saúde reprodutiva brasileira, a discussão sobre Métodos Contraceptivos e Aborto emerge como um ponto nodal para a compreensão das dinâmicas demográficas, das desigualdades sociais e da efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos. A rápida transição da fecundidade no país, impulsionada em grande parte pela maior prevalência do uso de contraceptivos, coexiste com profundas disparidades regionais, raciais e socioeconômicas no acesso à informação e aos insumos de planejamento familiar, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Paralelamente, o tema do aborto, em sua maioria criminalizado, permanece como uma das maiores chagas da saúde pública, sendo um fator determinante na morbimortalidade materna e expondo as mulheres mais vulneráveis a práticas inseguras. A polarização política e os debates jurídicos em torno da descriminalização e do acesso ao aborto legal, somados às tensões sobre a autonomia reprodutiva na oferta de métodos de longa duração (LARCs), tornam estas duas subseções cruciais para a análise crítica das políticas de saúde e para a promoção de uma agenda de pesquisa que enfrente as iniquidades estruturais que persistem no Brasil.

a) Métodos contraceptivos e dinâmicas reprodutivas no Brasil: A expansão do acesso e uso de métodos contraceptivos foi um dos fatores centrais na transformação das trajetórias reprodutivas no Brasil. No entanto, persistem importantes desigualdades na escolha, disponibilidade e efetividade dos métodos, que se relacionam com diferenças socioeconômicas, territoriais, raciais e de gênero. Esta sessão busca discutir como os distintos tipos de métodos, com destaque para a alta prevalência da esterilização feminina em décadas passadas e o aumento do uso de métodos de longa duração (DIU, implantes) mais recentemente, incidiram na queda da fecundidade. Espera-se reunir pesquisas comparativas e estudos de caso que aportem evidências sobre os determinantes do uso de contraceptivos entre homens e mulheres no âmbito do SUS

e do setor privado, sua relação com as transições de fecundidade e as tensões entre autonomia reprodutiva, políticas públicas e desigualdades estruturais no país.

b) A Iniquidade da Criminalização do aborto no Brasil e o Desafio da Saúde Pública: O aborto, em sua maioria criminalizado no Brasil, configura-se como um grave problema de saúde pública e um marcador de profundas iniquidades sociais. A ilegalidade da prática não impede sua ocorrência, mas a empurra para a clandestinidade, resultando em altas taxas de morbimortalidade materna evitável, que afetam desproporcionalmente mulheres negras, de baixa renda e residentes em regiões com menor acesso a serviços de saúde. Esta subseção convida à reflexão crítica sobre as barreiras institucionais e geográficas para o acesso ao aborto legal e seguro no Sistema Único de Saúde (SUS), o impacto da judicialização e da objeção de consciência, e a urgência de se debater o tema sob a ótica dos direitos humanos e da justiça social, analisando as consequências da legislação atual e as propostas de mudança no cenário político e jurídico nacional.

Eixo 3: Preferências Reprodutivas, Direitos e o Debate Pós-Natalista no Brasil

A transição da fecundidade no Brasil é um fenômeno complexo, marcado por profundas transformações psicossociais, ideacionais, econômicas e culturais que redefinem as decisões reprodutivas dos indivíduos e casais. Este subeixo propõe uma discussão aprofundada sobre as preferências reprodutivas e a distância entre o número de filhos desejado e o realizado, um desafio que se manifesta de maneiras distintas em contextos de fecundidade intermediária (onde a fecundidade não desejada ainda é relevante) e naqueles que já atingiram níveis de ultrabaixa fecundidade (onde a fecundidade não realizada se generaliza, especialmente nas regiões Sul e Sudeste). Em um cenário de declínio demográfico, a emergência de discursos e políticas de cunho pós-natalista levanta questões cruciais sobre a garantia dos direitos reprodutivos individuais. Convidamos a submissão de trabalhos que analisem esses temas a partir da tensão entre a necessidade de políticas públicas que apoiem a realização dos desejos reprodutivos e o risco de que tais políticas se traduzam em formas de pressão ou controle sobre a autonomia reprodutiva, especialmente em um país com históricas desigualdades de classe, raça e território.

GT População e Saúde

Eixo 1. Tendências da mortalidade no Brasil: integrando métodos demográficos e novas tecnologias de análise

O Brasil apresentou avanços notáveis na redução da mortalidade ao longo das últimas décadas. Segundo estimativas da Divisão de População das Nações Unidas, a esperança de vida ao nascer aumentou de 48,5 anos em 1950 para cerca de 76 anos em 2024. Essas transformações refletem, em parte, a expressiva queda da mortalidade infantil observada nas últimas décadas, assim como o que ocorreu em diversos países do mundo, resultando em ganhos substantivos na esperança de vida. Por outro lado, o aumento das mortes por causas externas nas décadas de 1980 e 1990, especialmente entre jovens adultos do sexo masculino, tornou-se um traço marcante do padrão de mortalidade nacional. A mortalidade é um fenômeno complexo, influenciado por fatores socioeconômicos, sanitários, biológicos e ambientais. No Brasil, embora as taxas de mortalidade infantil e materna tenham diminuído de forma expressiva, persistem desigualdades importantes entre regiões e grupos populacionais, com maiores níveis de mortalidade entre as populações mais pobres e vulneráveis. O aumento da longevidade e o conseqüente envelhecimento populacional impõem novos desafios às políticas públicas e ao sistema de saúde, com impacto direto sobre a produtividade e os custos assistenciais. Este eixo acolhe trabalhos que analisem as tendências e diferenciais da mortalidade no Brasil, infantil, adulta e idosa, segundo características sociodemográficas e regionais. São igualmente bem-vindos estudos que explorem a compressão da mortalidade, suas causas e desigualdades, utilizando tanto métodos demográficos tradicionais amplamente difundidos na disciplina quanto novas abordagens analíticas, incluindo técnicas de aprendizado de máquina e inteligência artificial aplicadas ao estudo da mortalidade.

Eixo 2. Polarização Epidemiológica e Desigualdades em Morbimortalidade no Brasil

Desde meados do século XX, o Brasil vem experimentando melhorias significativas nos indicadores de saúde, expressas na redução da mortalidade e no aumento da esperança de vida. No entanto, esses avanços não se distribuíram de maneira homogênea entre regiões e grupos populacionais. Estudos recentes apontam para o aumento dos diferenciais regionais na esperança de vida e em indicadores de morbimortalidade, evidenciando que progressos médios não necessariamente

refletem maior equidade. As desigualdades regionais em saúde e mortalidade revelam estágios distintos da transição epidemiológica. O Brasil apresenta um padrão híbrido de morbimortalidade, no qual doenças infecciosas persistem ao lado de níveis crescentes de doenças crônicas não transmissíveis, configurando um processo não linear frequentemente descrito como “contratransição”. Embora as DCNTs, em especial as cardiovasculares, concentrem grande parte da carga de mortalidade adulta, seu peso relativo e seu ritmo de declínio variam intensamente segundo o desenvolvimento regional e o acesso aos serviços de saúde. A forte heterogeneidade territorial, combinada às desigualdades socioeconômicas, refletidas no acesso desigual à moradia, educação, saneamento e assistência à saúde, produz uma verdadeira polarização geográfica da saúde e da mortalidade. Regiões mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste, apresentam perfis de morbimortalidade mais próximos aos de países de alta renda, enquanto Norte e Nordeste ainda enfrentam níveis elevados de mortalidade por doenças infecciosas, causas externas e doenças cardiovasculares. Essas disparidades são ampliadas por diferenças por sexo, escolaridade e outras características socioeconômicas, revelando desigualdades persistentes nos riscos de adoecer e morrer. Este eixo acolhe trabalhos que investiguem as desigualdades regionais, sociais e demográficas em saúde e mortalidade no Brasil, explorando tanto padrões recentes quanto seus determinantes estruturais e institucionais.

Eixo 3. Envelhecimento populacional no Brasil: desafios contemporâneos em múltiplas dimensões

As transformações demográficas vivenciadas pela população brasileira, desde meados do século XX, têm impactado diferentes pilares da sociedade, tais como economia, mercado de trabalho, sistemas de saúde e previdência social. Dados do último Censo Demográfico brasileiro mostram que as pessoas idosas são, na sua maioria, mulheres, autodeclaradas brancas ou pardas e com escolaridade em ascensão. Projeções populacionais evidenciam aumento significativo da população com 60 anos e mais no conjunto da população, em especial aqueles com 80 anos e mais. O envelhecimento da população traz desafios para a sociedade e para as políticas públicas de diferentes setores, especialmente ao considerar os subgrupos populacionais mais vulneráveis. Neste contexto, o presente eixo tem como objetivo receber trabalhos que contribuam para questões relacionadas com vulnerabilidade das pessoas idosas e promoção da saúde e do bem-estar social, envelhecimento saudável, garantia de direitos, idadismo, transformação digital, cuidados de longa duração e redes de apoio, atenção primária

e saúde mental e interseccionalidades do envelhecimento. Compreender e considerar novos olhares nos estudos demográficos e nas políticas públicas, bem como as suas heterogeneidades, são essenciais para uma sociedade mais justa e igualitária.

GT População, Trabalho e Proteção Social

O eixo temático População, Trabalho e Proteção Social convida à reflexão sobre as transformações estruturais e conjunturais que redefinem o mundo do trabalho e o sistema de proteção social no Brasil. Em sintonia com o cinquentenário da ABEP e seus eixos de memória, presente e futuro, o GT propõe analisar as interconexões entre a demografia e as esferas produtiva e reprodutiva da sociedade, em um cenário de envelhecimento populacional, mudanças na fecundidade e novas dinâmicas migratórias.

O debate se estrutura em torno dos temas clássicos da demografia do trabalho, como a participação feminina na força de trabalho, a informalidade, mudanças na estrutura ocupacional, desemprego juvenil, e a relação entre mercado de trabalho, envelhecimento e previdência social. Em diálogo com o presente, o foco se expande para as desigualdades estruturais no acesso ao trabalho e à proteção social, incluindo as dimensões de gênero, raça, deficiência, território e outros marcadores de vulnerabilidades sociais, assim como as consequências das políticas macroeconômicas e de flexibilização sobre a oferta de mão de obra em diferentes recortes espaciais.

Olhando para o futuro, o eixo estimula a submissão de trabalhos que abordem os temas emergentes e as novas fronteiras de pesquisa. Destacam-se as análises sobre o impacto das novas tecnologias e da Inteligência Artificial (IA) sobre a estrutura ocupacional; o trabalho na perspectiva do ciclo de vida, considerando as transições etárias e educacionais; a inserção ocupacional da população mais envelhecida e a postergação da parentalidade. É crucial o aprofundamento na discussão sobre o trabalho reprodutivo (remunerado e não remunerado), bem como a análise da seguridade social e dos desafios impostos pelo ajuste fiscal e pelas novas configurações familiares. A intersecção entre população, trabalho e políticas públicas de emprego, renda e proteção social, em um contexto de rápidas transformações tecnológicas e ambientais, constitui o cerne das contribuições esperadas.

Eixo 1: Dinâmicas Demográficas e o Mercado de Trabalho

Perspectivas Clássicas e Desigualdades Estruturais. Este eixo abrange os temas clássicos da demografia do trabalho, como a participação na força de trabalho (com ênfase na feminina), a informalidade, o desemprego juvenil e a relação entre mercado de trabalho e previdência social. O foco é expandido para o presente, analisando as desigualdades estruturais no acesso ao trabalho e as consequências das políticas macroeconômicas e de flexibilização sobre a oferta de mão de obra em diferentes recortes espaciais. Palavras-Chave Sugeridas: 1. Mercado de Trabalho; 2. Desigualdades Estruturais; 3. Informalidade; 4. Precarização; 5. Gênero e Raça

Eixo 2: Trabalho, Tecnologia e Ciclo de Vida: Ocupações e Economia do Cuidado

Este eixo se concentra nos temas emergentes e nas novas fronteiras de pesquisa. Propõe o aprofundamento na discussão sobre o impacto das novas tecnologias e da Inteligência Artificial (IA) sobre as ocupações e a estrutura do emprego. Mantém a relevância do trabalho na perspectiva do ciclo de vida, incluindo a economia do cuidado (trabalho reprodutivo, remunerado e não remunerado), as transições etárias e educacionais, a inserção ocupacional da mão de obra mais envelhecida e a postergação da parentalidade, refletindo as rápidas mudanças demográficas e tecnológicas.

Palavras-Chave Sugeridas: 1. Inteligência Artificial (IA); 2. Novas Ocupações; 3. Economia do Cuidado; 4. Ciclo de Vida; 5. Envelhecimento Populacional.

Eixo 3: Proteção Social, Seguridade e Políticas Públicas em Contexto de Transformação

Este eixo aborda a dimensão da Proteção Social e sua intersecção com as dinâmicas populacionais e o mundo do trabalho. Enfatiza a análise da seguridade social e dos desafios impostos pelo ajuste fiscal, pelas novas configurações familiares e pelo envelhecimento populacional. Inclui a avaliação de políticas públicas de emprego, renda e proteção social, e sua capacidade de resposta em um contexto de rápidas transformações tecnológicas e ambientais, olhando para o futuro do sistema de proteção brasileiro.

GT População e Gênero

O Grupo de Trabalho População e Gênero propõe reabrir o debate teórico sobre como a demografia brasileira tem operado com a categoria “gênero”, questionando sua redução a atributo individual e defendendo abordagens que enfatizem sua natureza institucional, normativa e relacional. Busca também apresentar metodologias capazes de captar normas, práticas, sentidos e dinâmicas sociais que estruturam as relações de gênero, incentivando o uso combinado de métodos quantitativos, qualitativos e etnográficos na análise populacional.

Nessa perspectiva, o GT pretende discutir contribuições teóricas, metodológicas e empíricas que reforçam e renovam a abordagem de gênero na demografia, reconhecendo sua relevância na interpretação dos fenômenos populacionais. A partir de uma postura crítica, problematiza-se o tratamento tradicional de gênero como variável fixa e essencializada, defendendo sua compreensão como construção histórica e institucional que organiza relações de poder, distribui oportunidades e influencia trajetórias ao longo do curso de vida. Nesse sentido, o GT convida a refletir sobre epistemologias feministas e interseccionais e seus efeitos na formulação de agendas de pesquisa, definição de objetos e possibilidades analíticas no campo demográfico. O GT contempla ainda o debate sobre pluralidade metodológica, incentivando contribuições que utilizem ou analisem estatísticas e modelos formais, novas tecnologias de modelagem e mensuração, bem como métodos qualitativos, análises documentais ou abordagens mistas. Interessa discutir limites e possibilidades metodológicas que tratam de relações de gênero, bem como compreender melhor como escolhas metodológicas moldam e permitem interpretações sobre processos populacionais e dinâmicas institucionais. Por fim, acolhem-se trabalhos que articulem gênero a raça, classe, geração, território, religião, sexualidade e outras dimensões estruturantes, reconhecendo que os fenômenos demográficos são atravessados por interseccionalidades que geram padrões diferenciados de oportunidades e vulnerabilidades no Brasil contemporâneo.

A ementa se articula a partir de três eixos que organizam os debates de forma integrada.

Eixo 1: Perspectivas críticas de gênero na demografia: epistemologias, instituições e agendas

Este eixo discute as bases teóricas e epistêmicas que sustentam o uso de gênero na demografia, problematizando seu tratamento como variável fixa e descontextualizada.

Abordam-se:

- Críticas epistemológicas ao uso de gênero como variável, destacando limitações, pressupostos e impactos na produção de conhecimento demográfico;
- Gênero como regime institucional, compreendido como estrutura normativa, política e histórica que produz e organiza desigualdades;
- Consequências teóricas para agendas demográficas, explorando como a crítica feminista e os estudos interseccionais ampliam objetos, perguntas e abordagens na área.

Eixo 2: Pluralidade metodológica em gênero: tradições e inovações

Este eixo focaliza a diversidade de procedimentos passíveis de serem utilizados nas análises demográficas envolvendo gênero, valorizando tanto abordagens clássicas quanto propostas emergentes – considerando limites e possibilidades. Envolve:

- Estatísticas e modelos demográficos formais, com ênfase na tradição quantitativa e suas contribuições para o campo;
- Inovações metodológicas na mensuração e modelagem de indicadores de gênero, contemplando técnicas contemporâneas de estimação, simulação, modelagem estatística e ciência de dados;
- Métodos qualitativos e etnográficos aplicados à demografia, destacando contribuições para compreensão de processos sociais, subjetivos e institucionais que produzem desigualdades de gênero.

Eixo 3: Gênero e suas interseccionalidades ao longo do tempo

Este eixo enfatiza abordagens que compreendem gênero de forma relacional e articulada a outras dimensões estruturantes das desigualdades sociais. Abrange:

- Transversalidade nas componentes demográficas, evidenciando como fecundidade, mortalidade, migração, nupcialidade e estrutura familiar, por exemplo, são atravessadas por relações de poder;
- Perspectivas do curso de vida, privilegiando a análise das transformações, transições e condicionantes acumuladas ao longo da vida;

- Abordagens contemporâneas em demografia, incorporando recortes de raça, classe, geração, território, religião, população LGBTQ+, entre outros, e suas implicações para a análise e formulação de políticas públicas.

GT População e História

Para celebrar os 50 anos da ABEP e, em consonância com a temática proposta para o XXIV Encontro - memória e legado, presente e futuro, o GT População & História dá continuidade à sua proposta de fomentar o debate acadêmico de alto nível e congregar pesquisadores da área de estudos populacionais para discutir as principais questões demográficas no país, convidando a todos aqueles que atuam no campo de estudos da Demografia Histórica, da História Social e da História das Populações à participação e submissão de trabalhos, que buscam refletir sobre os diálogos e ganhos possíveis, considerando as fontes, métodos, objetos e abordagens que estão no horizonte de interesse dos historiadores demógrafos. Neste âmbito, busca-se criar um espaço para a discussão de estudos retrospectivos da população brasileira, que se utilizem de fontes seriais, estatísticas e não-estatísticas, de fontes quantitativas e qualitativas exploradas a partir do uso de distintas ferramentas nas pesquisas de âmbito histórico-demográfico, explorando os dados produzidos sobre o passado, tendo em conta as perspectivas e tecnologias analíticas do presente, para aprofundar o debate e prospectar novas questões sobre a população em perspectiva histórica.

Eixo 1: Povos tradicionais, escravizados e indígenas

Este eixo pretende estimular o acolhimento de estudos e análises sobre populações escravizadas, egressas da escravidão, povos indígenas e quilombolas, que ainda continuam a demandar o aprofundamento dos debates voltados ao campo da história das populações.

Eixo 2: População, Gênero e Família

Considerando a população em perspectiva histórica, este eixo privilegia a problematização e as análises sobre as relações familiares e as relações de gênero, propondo uma discussão sobre a diversidade das organizações e dos arranjos familiares no campo da história das populações e da história da família.

Eixo 3: Métodos e técnicas para os estudos da demografia histórica e da história das populações

Este eixo pretende estimular a discussão e apresentação de fontes e métodos que busquem inovar na captação e tratamento dos dados, bem como suas análises e a disseminação das informações disponíveis aos pesquisadores interessados na área da Demografia Histórica e História das Populações.

GT Povos e Comunidades Tradicionais

O GT Demografia dos Povos e Comunidades Tradicionais compreende que a demografia brasileira tem sido desafiada a incorporar a vasta diversidade de povos e comunidades tradicionais, superando uma longa história de invisibilidade demográfica e estatística. O Censo Demográfico de 2022 representa um marco nesse processo, ao aprimorar a identificação de indígenas, quilombolas e possibilitar análises utilizando recortes geográficos pertinentes a outros PCTs, oferecendo um retrato inédito de suas características. Este avanço censitário, somado a outras fontes de dados que estão sendo disponibilizadas, exige uma reflexão que analise esta produção de estatísticas oficiais voltada para estes grupos. Soma-se a isso um olhar às especificidades de povos e comunidades tradicionais que apresentam perfis e dinâmicas demográficas distintos da população em geral. Desta forma, é necessário considerar estes aspectos para a análise da persistência de desafios para a promoção de políticas públicas direcionadas a estes povos. Primeiramente, é crucial analisar criticamente as informações oficiais, explorando seu potencial para análises inovadoras sobre dinâmica demográfica, fecundidade, mortalidade e distribuição territorial. É imprescindível também investigar os processos sócio-históricos e os legados que moldaram as trajetórias demográficas desses povos, com atenção às interseções entre etnicidade, gênero, classe e território na produção de desigualdades. Nesse sentido, pesquisas e levantamentos autônomos foram e são imprescindíveis para melhor caracterização dessas populações, sendo também fundamental hoje abordar como as próprias informações quantitativas são percebidas e utilizadas pelos movimentos sociais. Por fim, urge discutir os desafios contemporâneos, avaliando o impacto de políticas públicas na redução ou ampliação dessas disparidades e promovendo o diálogo interdisciplinar entre demografia, antropologia e sociologia. Convidamos a submissão de trabalhos que analisem as dinâmicas populacionais dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e

comunidades tradicionais no Brasil, contribuindo para um campo de estudos vital para a compreensão da população brasileira em toda a sua pluralidade.

Eixo 1: Povos e Comunidades Tradicionais nas estatísticas oficiais

Eixo 2: Processos históricos e sócio-antropológicos da dinâmica demográfica dos Povos e Comunidades Tradicionais

Eixo 3: Perspectivas e desafios nos estudos populacionais sobre Povos e Comunidades Tradicionais

GT Demografia da Educação

Esse eixo contempla estudos que analisem o papel da educação na dinâmica demográfica, ou seja, que explorem a relação entre o nível educacional e o comportamento da fecundidade, da mortalidade e da migração. Também serão valorizados os estudos que analisem o impacto das questões demográficas sobre o público atendido pelos sistemas escolares, em termos de tamanho, composição e distribuição espacial do alunado, bem como a necessidade de pensar novas formas de ensino, como, por exemplo, a aprendizagem ao longo da vida, haja vista o envelhecimento populacional em curso. Ou ainda os efeitos das características individuais, familiares, institucionais e estruturais sobre as desigualdades educacionais e os resultados acadêmicos. Considerando a expansão educacional observada nas últimas décadas, a mudança na composição populacional por nível de escolaridade e o estágio avançado da transição demográfica brasileira, objetiva-se também discutir a associação entre escolaridade e retornos salariais e ocupacionais, com especial ênfase na persistência de desigualdades regionais, raciais e de gênero. Investigações que explorem a pejetização, o impacto de novas tecnologias e do uso da inteligência artificial no surgimento, desaparecimento ou transformação de certas ocupações, bem como o desafio que representam para a educação formal para o trabalho, terão espaço nesse eixo temático. Também são estimulados estudos que avaliem, ao longo do tempo, a probabilidade de progressão por série, as taxas de atendimento e de conclusão, entre outros indicadores que mensurem os resultados escolares, considerando diversas escalas geográficas (municípios, estados, países ou mesmo

instituições específicas) e/ou subgrupos populacionais (por sexo, raça, renda, presença de alguma deficiência etc.). Abordagens comparativas e reflexões sobre fontes e métodos aplicados à Demografia da Educação são muito bem-vindas.

Eixo 1: Educação e dinâmica demográfica

Esta sessão contempla estudos que analisem o papel da educação na dinâmica demográfica, ou seja, que explorem a relação entre o nível educacional e o comportamento da fecundidade, da mortalidade e da migração. Também serão valorizados os estudos que analisem o impacto das questões demográficas sobre o público atendido pelos sistemas escolares, em termos de tamanho, composição e distribuição espacial do alunado, bem como a necessidade de pensar novas formas de ensino, como, por exemplo, a aprendizagem ao longo da vida, considerando o envelhecimento populacional.

Eixo 2: Desigualdades educacionais e seus determinantes sociodemográficos

Serão privilegiados trabalhos que analisem os efeitos das características individuais, familiares, institucionais e estruturais sobre as desigualdades educacionais. Também são estimulados estudos que avaliem, ao longo do tempo, a probabilidade de progressão por série, as taxas de atendimento e de conclusão, entre outros indicadores que mensurem os resultados escolares, considerando diversas escalas geográficas (municípios, estados, países ou mesmo instituições específicas) e/ou subgrupos populacionais (por sexo, raça, renda, presença de alguma deficiência etc.). Abordagens comparativas são muito bem-vindas.

Eixo 3. Retornos educacionais no mercado de trabalho nas etapas finais da transição demográfica

Considerando a expansão educacional observada nas últimas décadas, a mudança na composição populacional por nível de escolaridade e o estágio avançado da transição demográfica brasileira, objetiva-se discutir a associação entre escolaridade e retornos salariais e ocupacionais, com especial ênfase na persistência de desigualdades regionais, raciais e de gênero. Investigações que explorem a pejetização, o impacto de novas tecnologias e do uso da inteligência artificial no surgimento, desaparecimento ou transformação de certas ocupações, bem como o desafio que representam para a educação formal para o trabalho, terão espaço nesse eixo temático.

GT Projeções e Estimativas Demográficas

Eixo 1: Estimativas e projeções demográficas por atributos ou segmentos populacionais

É crescente a demanda da sociedade e dos governos públicos (secretarias e ministérios) por populações desagregadas por atributos pessoais, como cor ou raça, nível educacional, ou para segmentos específicos como os indígenas. Esse eixo tem por objetivo dar visibilidade a essa demanda ao mesmo tempo em que busca reunir os trabalhos que estão sendo desenvolvidos para se obter estimativas, projeções populacionais, ou mesmo que tratem da desagregação das componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migração) para fins de uso em projeções e estimativas, desagregadas por atributos que vão além das características de idade e sexo.

Eixo 2: Projeções e suas interfaces com o ambiente e políticas públicas

A construção de uma sociedade mais justa, equitativa, resiliente e sustentável inclui, dentre outros aspectos, a capacidade de se projetar as tendências da dinâmica demográfica não apenas da composição da população por idade e sexo, mas, também, por características econômicas, demográficas e ambientais. Na área da habitação, por exemplo, a construção de projeções domiciliares são fundamentais para o planejamento de políticas, com o objetivo de prover moradia em condições e em quantidade adequadas às demandas habitacionais de uma população, sendo que há um longo caminho para entendermos e mensurarmos as demandas por moradia no Brasil.

Para além da demanda habitacional, há uma agenda fundamental – e ainda pouco explorada na Demografia – sobre a produção de estimativas e projeções de população, inclusive para pequenas áreas, e suas possíveis interfaces com o planejamento nas mais diferentes áreas, como o saneamento, habitação, implementação de programas de transferência de renda, saúde, educação, emprego, e meio ambiente, dentre tantas outras áreas prioritárias para os governos. Nesse sentido, incentiva-se desde o desenvolvimento de estudos que utilizem de estimativas e projeções de população por sexo e idade, e suas implicações para o delineamento de políticas; como projeções e cenários que incorporem explicitamente essas características nos cenários e modelos de projeção, como as projeções de demanda habitacional, projeções e mudanças climáticas (a partir dos cenários do IPCC), projeção da educação, dentre outros.

Eixo 3: Integração de Fontes Tradicionais e Alternativas para Estimativas e Projeções Demográficas: Inovações Metodológicas, Ciência de Dados e Uso de Registros Administrativos

Este eixo aborda a convergência entre fontes de dados tradicionais — como os microdados do Censo Demográfico e registros administrativos — e fontes de dados alternativas, incluindo imagens de satélite, dados de telemóveis, redes sociais, cadastros e demais bases digitais, para o aprimoramento das estimativas e projeções demográficas. Discute-se como essas fontes complementares podem preencher lacunas dos dados convencionais, especialmente em contextos de desatualização, subcobertura ou ausência de informações, contribuindo para uma análise mais precisa das componentes demográficas e dos padrões populacionais.

Exploram-se, ainda, os avanços metodológicos associados à ciência de dados, incluindo técnicas de aprendizado de máquina (como Redes Neurais Artificiais, XGBoost e SVM), modelagem hierárquica bayesiana, modelos probabilísticos e métodos de séries temporais (como ARIMA), destacando seu potencial para integrar múltiplas fontes de dados, capturar padrões complexos e produzir estimativas granulares, adequadas e acompanhadas de medidas de incerteza.

O eixo contempla também estudos que utilizam dados do Censo Demográfico 2022 para identificação de tendências e avaliação das limitações dos dados, bem como pesquisas que empregam bancos administrativos e variáveis sintomáticas do crescimento populacional, e sua validação com os dados do Censo Demográfico 2022. Busca-se fomentar o debate sobre abordagens inovadoras, desafios metodológicos e implicações dessas técnicas para o planejamento, monitoramento e formulação de políticas públicas.